

PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA RECENTE SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DESCRITIVO SOBRE MÍNIMO EXISTENCIAL, RESERVA DO POSSÍVEL E MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO

Claudio Antonio Guedes Filho¹
Karlla Dannielle da Silva Guedes²
Leonardo David Quintiliano³

RESUMO: Este estudo analisa publicações brasileiras publicadas entre 2021 e 2026, com foco no uso da inteligência artificial na judicialização da saúde. A busca incluiu o Google Acadêmico, repositórios institucionais, bibliotecas digitais de teses e dissertações, bem como periódicos de direito e saúde coletiva, utilizando termos como “judicialização da saúde”, “inteligência artificial”, “medicamentos de alto custo”, “mínimo existencial” e “reserva do possível”. Os documentos são classificados por ano, tipo, fonte, vínculo institucional, tema e função predominante. Observou-se uma concentração significativa de publicações em 2024 e 2025, representando todas as dez analisadas. O corpus incluiu quatro artigos científicos, três dissertações, dois artigos de revisão e um trabalho de conclusão de curso. Destaca-se que quatro desses documentos têm caráter proposicional, utilizando inteligência artificial para organizar evidências e fundamentar decisões judiciais, sem substituir o papel do magistrado. Devido ao tamanho reduzido e à heterogeneidade da amostra, os resultados devem ser vistos como um mapeamento inicial do tema, e não como um retrato completo da produção nacional.

Palavras-chave: Judicialização da saúde. Inteligência artificial. Medicamentos de alto custo. Mínimo existencial. Reserva do possível.

ABSTRACT: This study analyzes Brazilian publications released between 2021 and 2026, focusing on the use of artificial intelligence in the judicialization of health. The search covered Google Scholar, institutional repositories, digital libraries of theses and dissertations, and journals in the fields of law and public health, using terms such as “judicialization of health,” “artificial intelligence,” “high-cost medications,” “existential minimum,” and “reserve of the possible.” The documents are classified by year, type, source, institutional affiliation, theme, and predominant function. A significant concentration of publications was observed in 2024 and 2025, accounting for all ten analyzed items. The corpus comprised four scientific articles, three master's theses, two review articles, and one undergraduate capstone project. Notably, four of these documents are propositional in nature, employing artificial intelligence to organize evidence and support judicial decisions without replacing the role of the magistrate. Given the small size and heterogeneity of the sample, the results should be viewed as an initial mapping of the topic rather than a comprehensive overview of national output.

Keywords: Judicialization of health. Artificial intelligence. High-cost medicines. Existential minimum. Reserve of the possible.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pós-Graduado em Direito Civil. Recife - Pernambuco, Brasil.

² Mestre em Saúde Coletiva. Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco (FENSG/UPE). Recife - Pernambuco, Brasil.

³ Doutor em Direito do Estado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo – São Paulo, Brasil.

I INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate sobre a judicialização da saúde é permeado pela tensão entre o direito individual ao tratamento, os limites administrativos e a disponibilidade de recursos públicos. Por um lado, invoca-se o mínimo existencial para justificar a proteção dos serviços essenciais; por outro, submete-se à possibilidade de evidenciar os limites de planejamento e recursos do Estado (Marinho, 2021; Guedes Filho; Guedes; Quintiliano, 2025).

Dois exemplos ilustram a relação entre tecnologia e decisões judiciais nos documentos analisados: o NatJusGPT, uma ferramenta baseada em notas e pareceres do sistema e-NatJus, e o GPSMed, que auxilia na análise, classificação e acompanhamento de processos de saúde. Ambos levantam a questão de que a inteligência artificial pode organizar evidências e apoiar decisões judiciais sem substituir a competência do magistrado (Schwartz, 2024; Takakura, 2024; Medeiros; Sousa, 2024).

Outro desafio nesta área é a falta de uma definição acadêmica padrão para “medicina de alto custo”. Estudos recentes utilizam o termo para diversas situações, como preço unitário elevado, custo total do tratamento, cobertura fora do SUS (Sistema Único de Saúde), raridade do tratamento ou caráter excepcional da terapia (Osorio-de-Castro et al., 2025; Caetano et al., 2025). Na prática, essa imprecisão dificulta tanto a comparação dos trabalhos selecionados quanto a definição da estratégia de busca deste estudo.

A bibliometria é o conjunto de métodos quantitativos aplicados à produção científica, mapeando a evolução temporal, os tipos de documentos, a frequência temática, a dispersão das fontes e outros padrões da comunicação acadêmica. Em campos emergentes, com corpus restrito como neste estudo, esses métodos tendem a ser descritivos — uma vez que o escopo, os critérios de seleção e os limites das inferências são claramente explicitados (Crivelente, 2019; Vieira; Silva, 2023).

Diante desse cenário, este artigo busca responder à seguinte questão: como a produção acadêmica brasileira recente trata a inteligência artificial como instrumento de racionalização para a judicialização da saúde, especialmente em torno do mínimo existencial, prevendo a possibilidade de dois medicamentos de alto custo? O objetivo é mapear bibliometricamente essa produção por meio de prismas temporal, documental, institucional e temático. Especificamente, busca-se identificar a distribuição anual das publicações, os tipos de documentos predominantes, registrar as principais fontes e vínculos institucionais do corpus e examinar frequentemente dois temas associados ao debate.

Uma hipótese que orienta ou estuda é que a produção recente supera uma mera descrição dos dois problemas judiciais, passando a fornecer soluções – um movimento no qual a inteligência artificial surge como um suporte para a triagem e organização de provas, e não como um substituto para as decisões judiciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 Bibliometria e análise da produção científica

A bibliometria, por definição, aplica métodos quantitativos à literatura científica para medir, classificar e interpretar padrões de comunicação acadêmica. Os indicadores comuns incluem volume de publicações, autoria, citações, jornais, palavras-chave e redes de colaboração. Leis clássicas como Lotka (produtividade do autor), Bradford (dispersão em jornais) e Zipf (frequência de palavras) também podem ser aplicadas (Crivelente, 2019; Vieira; Silva, 2023).

O tamanho e a homogeneidade do corpus determinam quais indicadores são adequados. Em áreas emergentes ou muito delimitadas — como este estudo —, técnicas mais complexas podem fornecer resultados pouco informativos. A bibliometria descritiva, em certas situações, é mais eficaz para mapear a distribuição temporal, os tipos de documentos, as fontes e os temas recorrentes (Crivelente, 2019).

A validade de um estudo bibliométrico não depende apenas do conteúdo dos documentos, mas também da delimitação do problema, da redução temporal, da transparência da busca, dos critérios de inclusão e exclusão e do registro dos dados. Requer-se consistência entre a questão, o corpus e os indicadores utilizados (Vieira; Silva, 2023).

2.2 Judicialização da saúde e critérios de decisão

A judicialização da saúde no Brasil decorre de amplas promessas constitucionais, limitações administrativas e demandas específicas de acesso ao tratamento. O problema se intensifica particularmente não apenas no caso de dois medicamentos de alto custo, visto que a proteção individual pode ter efeitos significativos na organização, nos protocolos clínicos e na estrutura da assistência farmacêutica (Marinho, 2021; Osorio-de-Castro et al., 2025).

O mínimo existencial é invocado como o núcleo da proteção da dignidade humana; sujeito à possibilidade de que a concretização de dois direitos sociais dependa de planejamento, recursos e estratégias legítimas de distribuição. Somente critérios de ponderação que

considerem a eficácia terapêutica, a custo-efetividade, as evidências científicas e a coerência institucional conseguem lidar com essa tensão (Guedes Filho; Guedes; Quintiliano, 2025).

A ausência de uma definição clara e padronizada para “medicamentos de alto custo” é outro desafio abordado pela literatura recente. Sob essa classificação, encontramos diversas situações — terapias excepcionais, medicamentos não incorporados, tratamentos experimentais e medicamentos cujo custo total torna o acesso impossível sem intervenção estatal (Osorio-de-Castro et al., 2025; Caetano et al., 2025).

2.3 Inteligência artificial como suporte para decisões judiciais

Nesse cenário, a inteligência artificial entra no debate como uma tecnologia de apoio à tomada de decisões e à gestão de litígios. A literatura nacional recente atribui a ela pelo menos quatro funções: organizar informações sobre protocolos, registros de saúde, pareceres técnicos e precedentes; padronizar procedimentos por meio de listas de verificação, resumos e atas; integrar evidências diretas e científicas; e apoiar a governança macroinstitucional, identificando padrões repetitivos de litígios e o impacto financeiro agregado (Schwartz, 2024; Takakura, 2024; Medeiros; Sousa, 2024).

No caso de dois documentos analisados com inteligência artificial, esta se apresenta como algo mais do que um recurso complementar: supervisão humana, transparência e possibilidade de auditoria sob condições recorrentes para sua utilização, preservando a competência decisória do magistrado em todas as amostras examinadas.

4

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento e pergunta de pesquisa

Optamos por delinear o estudo como bibliometria descritiva, complementada pela leitura qualitativa de dois dos dez textos selecionados. Dado o corpus pequeno e heterogêneo, recorreremos a simples contagens, sem análise de citações ou redes — a intenção não era aplicar indicadores de impacto avançados, mas mapear um campo emergente da produção científica.

A pesquisa foi orientada para a questão apresentada na introdução: como a produção acadêmica brasileira recente tem abordado a inteligência artificial como instrumento de racionalização da judicialização da saúde, especialmente se não questiona o mínimo existencial, a reserva de medicamentos possíveis e de alto custo?

3.2 Recortes e fontes de informação

O período de análise foi delimitado entre 2021 e 2026, com uma seção temática organizada em quatro tópicos: judicialização da saúde, medicamentos de alto custo, inteligência artificial e critérios de tomada de decisão relacionados ao mínimo existencial e à reserva de possibilidades.

O Google Acadêmico foi a principal fonte de pesquisa, complementada por repositórios institucionais, bibliotecas digitais de teses e dissertações e periódicos jurídicos e de saúde coletiva. Essa pesquisa visa alcançar documentos distribuídos entre diferentes tipos de fontes — uma característica já observada neste tema por outros autores (Crivelente, 2019).

3.3 Estratégia de busca e critérios operacionais

Descritores em língua portuguesa, combinados por operadores booleanos e ajustados por refinamentos sucessivos, formam uma estratégia de busca. Entre os principais estão “judicialização da saúde”, “medicamentos de alto custo”, “inteligência artificial”, “mínimo existencial”, “possível reserva”, “medicamentos não incorporados ao SUS”, “NatJusGPT”, “GPSMed” e “decisão judicial”.

Combinações como “judicialização da saúde” E “inteligência artificial”, “medicamentos de alto custo” E “reserva do possível” e “judicialização da saúde” E “mínimo existencial” são formadas com base em buscas. A seleção final considera a adesão temática substantiva, a leitura de metadados e, quando necessário, a leitura do texto completo.

Insira o conjunto de documentos publicados entre 2021 e 2026, com foco no contexto brasileiro, relacionados a pelo menos dois ou quatro estudos e disponíveis em texto integral — ou com metadados suficientes para identificar título, autor, ano, tipo e fonte. Foram excluídos materiais fora do período, duplicatas, textos opinativos e estudos sem interface jurídico-decisória.

Tabela 1 – Critérios de seleção operacional

Critério	Descrição operacional	Corte temporal	Publicações entre 2021 e 2026	Contexto
Produção	realizada no Brasil ou com foco no sistema jurídico-sanitário brasileiro			Relevância temática
Relação	com pelo menos dois temas centrais			Disponibilidade
Texto	completo ou metadados com título, autor, ano, tipo e fonte			Exclusões
Duplicatas,	textos de opinião e estudos sem interface jurídico-decisória			

Fonte: elaboração própria.

Tabela 1 – Critérios operacionais de seleção

Critério	Descrição operacional
Recorte temporal	Publicações entre 2021 e 2026
Contexto	Produção realizada no Brasil ou centrada no sistema jurídico-sanitário brasileiro
Pertinência temática	Relação com pelo menos dois eixos centrais
Disponibilidade	Texto completo ou metadados com título, autoria, ano, tipo e fonte
Exclusões	Duplicatas, textos opinativos e estudos sem interface jurídico-decisória

Fonte: elaboração própria.

3.4 Variáveis analisadas e limites do estudo

Ano, tipo de documento, fonte ou veículo, vínculo institucional predominante, tema principal e contribuição analítica central foram registrados como variáveis para cada documento selecionado, organizadas em um plano para viabilizar a contagem descritiva.

O pequeno e heterogêneo corpus impede a aplicação de indicadores mais complexos, como redes formais de coautoria, análise de co-citação ou testes sistemáticos de leis bibliométricas clássicas. Os resultados apresentados nas próximas seções devem, portanto, ser vistos como um mapeamento bibliométrico descritivo do campo emergente — e não como um retrato exaustivo da produção nacional sobre o tema.

4 COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Dez publicações relacionadas a pelo menos dois dos quatro eixos do estudo com comprovar o corpus final, listadas na Tabela 2 com a respectiva contribuição atribuída a cada uma. Artigos de jornais, dissertações, resenhas e um trabalho conclusivo do curso coexistem da mesma forma, sem concentração em um único tipo de jornal ou documentário.

Tabela 2 – Composição do corpus

Título	Ano	Tipo documental	Fonte ou vínculo predominante	Contribuição principal
Judicialização da saúde e o fornecimento de medicamentos experimentais pelo SUS	2021	Dissertação	USP	Limites da concessão judicial de fármacos sem eficácia comprovada
Inteligência artificial na judicialização da saúde	2024	Artigo científico	Revista Jurídica Gralha Azul / TJPR	Marcos legais e ferramentas tecnológicas, com destaque para NatJusGPT
Contribuições da inteligência artificial na judicialização da saúde	2024	Dissertação	UFJF	Apoio da IA à ponderação entre direitos fundamentais
A inteligência artificial como ferramenta para gestão da judicialização da saúde	2024	Artigo científico	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	Potencial da plataforma GPSMed
Judicialização da saúde e a definição de critérios para a concessão judicial de medicamentos não incorporados ao SUS	2024	TCC	UFPB	Critérios jurídicos para concessão excepcional
A judicialização da saúde como instrumento de garantia de acesso a medicamentos de alto custo	2025	Dissertação	UFS	Desafios e limites da administração pública
Judicialização de medicamentos de alto custo no Brasil: uma revisão de escopo	2025	Artigo de revisão	Physis	Mapeamento da literatura nacional
Medicamentos de alto custo: definições presentes na produção científica e acadêmica brasileira	2025	Artigo de revisão	Saúde em Debate	Imprecisão conceitual do termo “alto custo”
A tensão entre o direito à saúde e a reserva do possível	2025	Artigo científico	Revista DELOS	Mínimo existencial, reserva do possível e custo-efetividade
Metodologia do Ensino Superior em Ciências Jurídicas: a inteligência artificial como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da capacidade decisória em casos de judicialização do Direito à Saúde	2026	Artigo científico	Revista DELOS	IA como assistente de ponderação multicritério

Fonte: elaboração própria.

5 RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DESCRITIVA

5.1 Evolução temporal da produção

Quatro publicações datam de 2024, outras quatro de 2025 e as duas restantes situam-se nos extremos do período — 2021 e 2026. Essa concentração, de 80% do corpus em apenas dois anos, sugere um crescente interesse na interface entre inteligência artificial e judicialização da saúde, além de que o tamanho reduzido da amostra recomenda cautela antes de generalizar essa tendência para toda a produção brasileira.

5.2 Tipologia de documentos

Predominantemente, o corpus é composto por artigos científicos, com quatro ocorrências, seguido por três dissertações de mestrado, dois artigos de revisão e um trabalho de conclusão de curso. A presença de três dissertações indica algum enraizamento do tema na pós-graduação, embora o número ainda seja muito pequeno para mensurar o grau de institucionalização do debate.

5.3 Fontes e ligações institucionais predominantes

Quatro universidades diferentes são apresentadas, cada uma vinculada a um único documento. Entre os jornais, a revista DELOS é a única que se repete, publicando duas dezenas de trabalhos; os demais veículos aparecem apenas uma vez cada. Portanto, não há uma concentração relevante em uma instituição ou jornal específico.

5.4 Frequência Temática

Como cada documento pode receber mais de um código temático, os itens se sobrepõem: judicialização da saúde, medicamentos de alto custo e inteligência artificial aparecem em quatro documentos cada; mínimo existencial e reserva do possível, em três. Os demais códigos — NatJusGPT, GPSMed, custo-efetividade e evidências científicas, entre outros — aparecem apenas uma vez cada, o que indica tópicos que ainda não foram explorados sem recorte.

Tabela 3 – Distribuição temporal do *corpus*

Ano	Número de publicações	Participação relativa
2021	1	10%
2024	4	40%
2025	4	40%
2026	1	10%
Total	10	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 4 – Distribuição por tipo documental

Tipo documental	Número de publicações	Participação relativa
Artigo científico	4	40%
Dissertação de mestrado	3	30%
Artigo de revisão	2	20%
Trabalho de Conclusão de Curso	1	10%
Total	10	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5 – Instituições acadêmicas presentes

Instituição	Número de ocorrências
USP	1
UFJF	1
UFPB	1
UFS	1
Total de instituições acadêmicas distintas	4

Fonte: elaboração própria.

Tabela 6 – Veículos de publicação presentes

Veículo	Número de ocorrências
Revista Jurídica Gralha Azul / TJPR	1
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	1

Veículo	Número de ocorrências
Physis	1
Saúde em Debate	1
Revista DELOS	2
Total de veículos distintos	5

Fonte: elaboração própria.

Tabela 7 – Frequência temática dos eixos predominantes

Eixo temático (codificação múltipla)	Frequência no corpus
Judicialização da saúde	4
Medicamentos de alto custo	4
Inteligência artificial	4
Mínimo existencial	3
Reserva do possível	3
Medicamentos não incorporados ao SUS	1
NatJusGPT	1
GPSMed	1
Custo-efetividade	1
Evidência científica	1

Fonte: elaboração própria.

5.5 Classificação funcional dos documentos

Quanto à função predominante, o corpus está dividido de forma relativamente equilibrada: três documentos de diagnóstico, três documentos de sistematização ou revisão e quatro documentos proposicionais orientados para a inteligência artificial. Embora numericamente reduzidos, esses quatro documentos proposicionais indicam uma mudança de foco na literatura recente, que passa a explorar aplicações práticas da inteligência artificial para além do simples diagnóstico de dois problemas relacionados à judicialização.

Tabela 8 – Classificação funcional dos documentos

Classificação funcional	Número de publicações	Caracterização predominante
Estudos diagnósticos	3	Crítica institucional e efeitos da judicialização
Estudos de sistematização conceitual ou revisão	3	Organização de literatura, conceitos e critérios
Estudos propositivos orientados à IA	4	Apoio à decisão, governança de dados e racionalização procedimental

Fonte: elaboração própria.

6 DISCUSSÃO

6.1 Da crítica à proposição institucional

Dois dos dez documentos do corpus assumem caráter proposicional. Schwartz (2024) discute o NatJusGPT; Medeiros e Sousa (2024) analisam o GPSMed; Takakura (2024) aborda o suporte da inteligência artificial na ponderação de direitos; e Guedes Filho, Guedes e Quintiliano (2026) examinam seu uso na formação jurídica. Em comum, esses quatro trabalhos apresentam a inteligência artificial principalmente como um recurso para organizar informações e apoiar decisões — nunca como um substituto.

II

Vale ressaltar que esses estudos tratam a judicialização não apenas como um conflito normativo, mas também como um problema de acesso e organização de informações técnicas. O objetivo subjacente não é automatizar a decisão, mas sim aproximar os fundamentos jurídicos, os protocolos clínicos e as evidências científicas.

6.2 Persistência do mínimo existencial e reserva de possibilidades

O mínimo existencial é a reserva dos possíveis seguidores como referências centrais para uma decisão em todos os textos consultados. A inteligência artificial ajuda a organizar informações e comparar casos, mas não resolve — nem pretende resolver — uma disputa fundamental sobre a distribuição de recursos públicos (Guedes Filho; Guedes; Quintiliano, 2025).

A contribuição atribuída à inteligência artificial é, portanto, primordialmente processual: ela facilita o acesso a evidências e torna decisões semelhantes mais comparáveis

entre si. A definição de prioridades permanece — como não poderia deixar de ser — uma questão jurídica, de saúde e administrativa.

6.3 Imprecisão conceitual e seus efeitos

Dois estudos de corpus mostram diferentes significados atribuídos ao termo “medicina de alto custo” (Osorio-de-Castro et al., 2025; Caetano et al., 2025), o que dificulta tanto a comparação de casos quanto a recuperação de documentos com base nos resultados da pesquisa.

No entanto, optamos por ampliar a busca com as expressões “medicamentos não incorporados”, “terapias excepcionais” e “critérios de registro judicial” — decidi encontrar mais documentos no corpus, a fim de aumentar sua heterogeneidade.

6.4 Inteligência artificial como suporte, não como substituição

Nossos estudos sobre NatJusGPT, GPSMed e ponderação assistida, inteligência artificial, preservam a competência decisória do magistrado (Schwartz, 2024; Takakura, 2024; Medeiros; Sousa, 2024). Os autores condicionam esse uso à supervisão humana, à possibilidade de auditoria e à verificação das informações jurídicas e de saúde envolvidas. Essas preocupações não são meramente retóricas: as decisões em saúde envolvem urgência clínica e efeitos diretos na distribuição de recursos públicos, e ferramentas opacas podem reproduzir vídeos e dificultar a identificação daqueles que, em última instância, respondem pela decisão tomada.

12

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dez publicações brasileiras produzidas entre 2021 e 2026 sobre inteligência artificial e judicialização da saúde foram mapeadas ao longo deste estudo. Oito delas concentrou-se em 2024 e 2025, e quatro fóruns classificados como proposicionais. Com quatro funções, a inteligência artificial surge como um suporte para a organização de provas e fundamentos judiciais, sem indícios de que venha a substituir o juiz. A extensão oferece suporte exploratório à hipótese inicial, ainda que restrinja os limites do corpus analisado.

Vale ressaltar que uma amostra pequena e heterogênea não nos permite representar toda a produção brasileira, nem possibilita a análise de redes de citação, coautoria ou colaboração. Estudos futuros poderão ampliar as bases de busca e comparar separadamente artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, o que nos permitirá acompanhar com mais segurança a evolução contínua dessa área.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Rosângela et al. Medicamentos de alto custo: definições presentes na produção científica e acadêmica brasileira sobre judicialização em saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ShJHHPFCnYYT6Q3gym96CqR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CRIVELANTE, Mariana Ramos. Métodos e técnicas bibliométricas de análise de produção científica: um estudo crítico. 2019. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19022021-124556/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

GUEDES FILHO, Claudio Antonio; GUEDES, Karlla Dannielle da Silva; QUINTILIANO, Leonardo David. A tensão entre o direito à saúde e a reserva do possível: uma análise da judicialização de medicamentos de alto custo no Brasil. *Revista DELOS*, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/8052>. Acesso em: 8 abr. 2026.

GUEDES FILHO, Claudio Antonio; GUEDES, Karlla Dannielle da Silva; QUINTILIANO, Leonardo David. Metodologia do Ensino Superior em Ciências Jurídicas: a inteligência artificial como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da capacidade decisória em casos de judicialização do Direito à Saúde. *Revista DELOS*, [s. l.], v. 19, n. 76, e8206, 2026. DOI: <https://doi.org/10.55905/rdelosv19.n76-023>. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/8206>. Acesso em: 2 ago. 2026.

MARINHO, Patricia Petruccelli. Judicialização da saúde e o fornecimento de medicamentos experimentais pelo SUS. 2021. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-02052021-205116/pt-br.php>. Acesso em: 8 abr. 2026.

MEDEIROS, Alana Lucila Dantas Bezerra de; SOUSA, Werna Karenina Marques de. A inteligência artificial como ferramenta para gestão da judicialização da saúde. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17666>. Acesso em: 8 abr. 2026.

NASCIMENTO, Silas da Silva Freire. A judicialização da saúde como instrumento de garantia de acesso a medicamentos de alto custo: desafios e limites da administração pública. 2025. 115 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/20958>. Acesso em: 2 ago. 2026.

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. et al. Judicialização de medicamentos de alto custo no Brasil: uma revisão de escopo. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2025.v35n3/e350309/>. Acesso em: 8 abr. 2026.

PANTALEÃO, Luiz Eduardo Fernandes. Judicialização da saúde e a definição de critérios para a concessão judicial de medicamentos não incorporados ao SUS. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32728>. Acesso em: 2 ago. 2026.

SCHWARTZ, Hamilton Rafael Marins. Inteligência artificial na judicialização da saúde: marcos legais e ferramentas tecnológicas. *Revista Jurídica Gralha Azul*, 2024. Disponível em: <https://revista.tjpr.jus.br/gralhaazul/article/view/53>. Acesso em: 8 abr. 2026.

TAKAKURA, Flávio Iassuo. Contribuições da inteligência artificial na judicialização da saúde. 2024. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17307>. Acesso em: 8 abr. 2026.

VIEIRA, Leide Jane; SILVA, Ilaydiany Oliveira. A produção científica sobre os estudos bibliométricos no Brasil: uma análise a partir da Brapci. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.128160>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/128160>. Acesso em: 2 ago. 2026.